

João Ildebrando Bocchi

O objetivo deste trabalho é analisar a mais recente retomada do debate sobre a relevância da poupança externa para o crescimento econômico dos países não desenvolvidos, a partir da sucessão de crises monetárias e cambiais dos anos 90. Esta questão adquire importância já nos anos 50, especialmente na discussão dos chamados projetos nacionais e na elaboração e implementação de políticas econômicas. A teoria econômica desenvolvimentista, de corte keynesiano, associa o subdesenvolvimento à carência de capitais, o que resulta na necessidade destes países recorrerem à poupança externa para o seu desenvolvimento. Esta argumentação é contrastada neste trabalho com um levantamento histórico dos ciclos de endividamento da economia brasileira, da independência política até a atualidade. As evidências empíricas indicam uma sucessão de períodos de euforia, com acesso ao mercado internacional de capitais, seguidos por períodos de crises cambiais, ligadas direta e indiretamente aos ciclos de endividamento.

Na primeira seção é feita uma rápida abordagem do primeiro ciclo de endividamento externo do país, da independência aos anos da crise de 1929. Trata-se de um período amplo e complexo que permite uma ilustração histórica da questão. A segunda seção analisa o segundo ciclo, a partir de meados dos anos 60, até a moratória mexicana em 1982. Este é o período do milagre econômico e do II PND, caracterizados o primeiro por notáveis taxas de crescimento, e o segundo pela tentativa de transformação estrutural da economia brasileira. Na terceira seção aborda-se o terceiro ciclo de endividamento, iniciado em 1991 e ainda em aberto, embora se possa considerar sua inflexão a partir da crise cambial de 1999. Este período se caracteriza pelas políticas econômicas conformes ao Consenso de Washington. O esgotamento destas políticas resulta em nova retomada da discussão sobre a relevância da poupança externa para a economia brasileira, constituindo a seção final do trabalho.

Diante da situação de vulnerabilidade externa estrutural explicitada pela crise cambial de 1999, voltam a se colocar no debate econômico visões historicamente cristalizadas na análise dos caminhos possíveis e desejáveis para a sociedade brasileira. Uma primeira visão, que engloba um amplo conjunto de posições ortodoxas, aposta no caminho da manutenção das políticas monetária e fiscal conservadoras e na conclusão das reformas trabalhistas e previdenciárias de corte neoliberal, apoiadas pela persistência nas políticas de abertura comercial e financeira, na livre conversibilidade da moeda e no aprofundamento da integração internacional, com a inexorável adesão à ALCA e/ou à União Européia. Esta visão aposta em uma “normalização” relativamente rápida dos IDE e dos empréstimos e financiamentos externos, com um novo ciclo de financiamento externo do desenvolvimento econômico brasileiro. Resumidamente, mais do mesmo.

A visão alternativa, também bastante heterogênea, mesmo considerando todas as restrições internas e externas à retomada do desenvolvimento econômico do país, acredita na possibilidade de alternativas às políticas econômicas dominantes desde pelo menos o Plano de Metas. A experiência histórica, especialmente das duas últimas décadas, explicita os limites, para não dizer impossibilidades, da chamada poupança externa como financiadora do desenvolvimento econômico do país. O grande desafio é a mobilização da enorme poupança interna, aplicada nos títulos públicos, direcionando-a, ao menos parcialmente, para as atividades produtivas. A superação da vulnerabilidade externa do país requer o aprofundamento do processo de substituição de importações, permitindo a reversão dos déficits comerciais setoriais como dos eletroeletrônicos ou do setor químico. Ao mesmo tempo requer o direcionamento de todos os esforços para a obtenção de superávits comerciais, resultados de um crescimento expressivo nas

exportações, sem que haja um decréscimo absoluto nas importações. A superação da situação de grande vulnerabilidade externa, evidentemente, não implica a transformação do país em uma autarquia. Mas exige a implantação de políticas industriais e comerciais ativas, como bem demonstra a história do desenvolvimento econômico mundial desde o século XIX, bem como dos países baleias, tigres e dragões de variadas latitudes e longitudes.

A existência de reservas razoavelmente altas, reduzindo a compulsão à tomada de recursos externos, permite recorrer a eles seletivamente, conforme nossos interesses e necessidades em cada momento. Isto requer variadas formas de controle cambial, novamente conforme a experiência dos países que melhor manejaram esta questão, reduzindo a volatilidade destes fluxos externos, tornando-os recursos efetivamente complementares à poupança nacional. Evidentemente, esta afirmação pressupõe a retomada da poupança interna, para o que será fundamental a recuperação dos níveis de poupança pública positivos que tivemos nos anos 70. Isto só será possível com o equacionamento da dívida pública interna, com a expressiva redução de seu custo e alteração de seu perfil.

Sem caminhar com firmeza nestas direções é praticamente impossível a construção de uma sociedade minimamente autônoma, fraterna e voltada à inclusão social das grandes massas de excluídos.